

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

25 a 29 de outubro de 2005

GT23 - Sociologia econômica

A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia

Reginaldo Sales Magalhães

Ricardo Abramovay

São Paulo, agosto de 2005

A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia

Resumo

Este artigo analisa as bases culturais e organizacionais subjacentes à formação de mercados financeiros formais em regiões de baixa-renda. O sistema de cooperativas de crédito do território sisaleiro da Bahia é um caso notável de inserção de populações de baixa renda no mercado financeiro em um território onde os sertanejos encontravam-se dependentes de monopólios tradicionais que se perpetuavam através de vínculos personalistas de controle, especialmente através do endividamento junto aos comerciantes locais. A ação das Comunidades Eclesiais de Base e dos sindicatos de trabalhadores rurais, a partir dos anos 70, foi decisiva para promover um processo de mudança cultural e a formação de uma densa rede de organizações que possibilitaram ampliar o acesso dos agricultores ao mercado financeiro e a novos canais de comercialização. Tomando por base teórica a sociologia econômica e suas interfaces com a economia institucional, a teoria dos sistemas agrários e a antropologia, o artigo procura reconstruir os processos históricos que levaram à formação das cooperativas, revelando-se como fatores fundamentais a influência do clima sobre os mercados, a racionalidade econômica do sertanejo e as estruturas sociais que sustentaram as novas organizações econômicas.

Palavras chave

mercados, microfinanças, microcrédito, racionalidade, instituições

Introdução

A trajetória histórica das mais importantes experiências de organização econômica voltadas à inserção de populações rurais de baixa renda em mercados mostra uma surpreendente revelação: os casos mais exitosos - das microfinanças de Minas Gerais e Alagoas, das cooperativas de crédito da região Sul e da Bahia, dos assentamentos mais bem sucedidos de todo o Brasil, das organizações de produção agroecológica no sertão de Pernambuco, do Ceará e de Minas Gerais, das associações de artesãos do nordeste, das cooperativas de leite do sul, dos agroextrativistas no Acre, Rondônia, na Transamazônica, no sul ou no nordeste do Pará - em todas estas situações, é flagrante a participação da maioria dos seus dirigentes e associados no trabalho político e pastoral das comunidades eclesiais de base.

Algo novo foi introduzido na vida social das comunidades onde vivem esses agricultores familiares bem sucedidos: a formação de um novo *ethos* nas comunidades rurais que se expressa em formas singulares de organização econômica. A partir dos anos 1970, nas catequeses, nas rezas, nos círculos bíblicos, nos cânticos e nas festas religiosas foram construídos os alicerces de um novo tipo de comportamento social e econômico. O trabalho religioso promoveu a emergência de um modo de ver e de se relacionar que possibilitou a formação de um tipo específico de racionalidade econômica. Isso não quer dizer que as decisões tomadas nas assembléias e nos conselhos de administração das organizações ou a forma de gestão financeira dos agricultores sejam, a todo o momento, guiadas por compromissos religiosos, mas sim que existe uma pré-disposição psicológica que amarra cada indivíduo a um compromisso social na vida econômica.

Qual o significado cultural desse processo histórico e quais são as conexões com a vida econômica? Há nessas experiências uma singularidade histórica de enorme importância para a compreensão dos processos de interação econômica. São, em primeiro lugar, evidências muito expressivas das complexas conexões entre a vida cultural e o comportamento econômico: um contraponto às visões que desde John Locke e Adam Smith, que no século XVIII, construíram as bases filosóficas (Dumont, 1986) do que se tornou posteriormente predominante no mundo das idéias sociais: a visão da economia como uma esfera autônoma do conjunto da vida social.

A compreensão dessas experiências revela que duas dimensões da vida social - há muito separadas pelas ciências sociais - são componentes intrinsecamente relacionados na formação das organizações econômicas e dos mercados: ética e economia. Parcela importante dos estudos sociais contemporâneos procura reunificar aquilo que a história do pensamento econômico, desde seus primórdios, tentou separar: Para Amartya Sen (1999), por exemplo, a abordagem “logística” da economia - aquela que se ocupa dos aspectos relacionados à eficiência alocativa - e a abordagem “ética”- que se ocupa da questão filosófica “como devemos viver?” - podem integrar-se sob o ângulo científico. Albert Hirschmann (1986) vai na mesma direção.

Nas organizações citadas acima, a gestão econômica racional se desenvolveu em concomitância com a formação de um projeto político e social que orienta suas ações. São dois pesos de uma mesma balança, que ora pende para um lado e ora para outro, num equilíbrio sempre mediado por conflitos: mas são duas dimensões levadas em conta nas decisões dos indivíduos, nas regras das organizações e dos mercados, e nas diferentes formas de controle social sobre o comportamento dos indivíduos.

Outra característica particular dessas organizações econômicas é que elas se assentam na formação de mercados que, apesar de seguirem padrões de gestão profissional dos negócios semelhantes aos das modernas empresas, têm embutido em suas instituições o compromisso com um projeto social. Nesse ponto, as organizações econômicas dos agricultores familiares oferecem alternativa a uma oposição polar tão frequente nas ciências e no próprio imaginário sociais. Por um lado, os mercados aparecem como soluções mágicas para todos os problemas sociais. O fundamento dessa idéia se sustenta na concepção de mercados como mecanismos neutros de alocação de recursos, nos quais, a ação auto-interessada dos indivíduos resultará indubitavelmente no melhor resultado social. Do outro lado da balança está a idéia oposta, de que os mercados, como esfera autônoma da vida social, são incompatíveis com o bem-estar e com valores propriamente humanos e éticos.. É o ponto de vista, por exemplo de Jean-Paul Marechal, em *Humaniser l'économie* (2000). Segundo ele a economia de mercado não é capaz de conciliar desempenho econômico com progresso social (¹).

¹ Perret e Roustang (1993) também vão na mesma direção, da qual o livro de Ferrester (1996) é talvez a expressão mais emblemática.

Ora, não são poucas as experiências vindas dos movimentos sociais em que as visões de mundo formadas a partir da Teologia da Libertação possibilitaram a formação de mercados nos quais tipos específicos de racionalidade permitem combinar eficiência econômica com inclusão social das populações mais pobres.

Contra a oposição polar entre o endeusamento e a diabolização dos mercados opõe-se um terceiro ponto de vista, segundo o qual a ação social nos mercados não é resultado apenas de escolhas individuais, orientadas exclusivamente pelo auto-interesse.

O que explica esta presença tão forte da ação e dos ideais éticos das Comunidades Eclesiais de Base na grande maioria das organizações econômicas voltadas à valorização do trabalho de populações rurais de baixa renda? Que elementos intrínsecos do trabalho religioso levaram – de forma não intencional - à conseqüências imprevista – e talvez até indesejada – de juntar a luta pela justiça social a organizações pautadas pela racionalidade econômica? A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia oferece o alcance explicativo de uma espécie de “tipo ideal”: trata-se de um mercado que resultou de um longo processo de mudanças culturais e institucionais, numa realidade onde o indivíduo e o ambiente típicos da tradição sertaneja são profundamente modificados na trajetória de formação de uma nova visão de mundo, de uma nova racionalidade econômica e de novas instituições. Na base destas novas instituições está a formação de, um padrão de comportamento racional, não só orientado por interesses individuais - buscados através de meios coerentes e cada vez mais “calculativos” (Calon, 1998) - como também portadores de uma ética cujos principais fundamentos são a cooperação e o compromisso com a redução da pobreza.

O clima semi-árido do território sisaleiro da Bahia provoca grande instabilidade na vida financeira das famílias, dos mercados e das organizações. Os mercados caracterizam-se por monopólios tradicionais; eles possuem regras que mantêm os agricultores em permanente endividamento e subordinação aos agentes econômicos que controlam as principais organizações locais e que gerem um amplo mercado financeiro informal, principalmente, os comerciantes de sisal e os ciganos. Por outro lado, os mesmo agricultores criaram também suas próprias estratégias de sobrevivência e estruturas autônomas de financiamento das suas necessidades de produção e de consumo. Baseadas em relações históricas de cooperação, as instituições comunitárias tradicionais - com suas regras próprias de participação, troca e controle - contribuem para a

viabilidade financeira das unidades familiares. Mas elas não são hábeis o suficiente para estabelecer relações externas à comunidade. Esse ambiente natural, social e cultural foi aos poucos sendo transformado, a partir da década de 70, ao mesmo tempo pelos padres missionários da Teologia da Libertação e pelos militantes comunistas que passaram a dirigir os sindicatos. A ação da Igreja, através das comunidades eclesiais de base, e os compromissos políticos, construídos em torno dos sindicatos e associações, foram a base da superação de uma visão mágica que marcava as relações entre os sertanejo, a sociedade e a natureza, bem como de superação das relações tradicionais que asseguravam a permanência dos monopólios nos mercados locais. Essa nova racionalidade econômica, combinada com os compromissos éticos, formou o amálgama das redes de cooperação e das cooperativas de crédito que tornaram possível o acesso dos agricultores familiares a um novo mercado financeiro formal.

O indivíduo e o ambiente típicos da tradição sertaneja

O território do sisal compreende 27 municípios, das microrregiões Nordeste, Piemonte da Diamantina e Paraguaçu do Estado da Bahia. A produção e o beneficiamento de sisal são não só a principal fonte de renda como também os elementos basilares da identidade sócio-cultural e das instituições sociais e econômicas regionais. O clima semi-árido, caracterizado por longos períodos de seca e média pluviométrica, entre 300 e 550 mm ao ano, define o contexto natural no qual - e por ele condicionadas - se estruturam as atividades produtivas e as relações sociais.

Os traços característicos e primordiais para a compreensão do universo cultural e econômico em que vivia a população rural pobre da região sisaleira há algumas décadas eram a subordinação aos monopólios tradicionais e a existência de um sistema padronizado de crenças (Nee, 2003:4), valores religiosos e culturais, normas sociais e instituições, interiorizados na mente de cada indivíduo (North, 1990) e que orientavam as transações financeiras comunitárias. Atividades lúdico-religiosas, como festas e rezas caseiras, criaram vínculos sociais e, junto com o trabalho, configuraram o âmbito e o funcionamento de uma unidade de relações sociais básicas.

Nas organizações econômicas comunitárias, típicas do sertão nordestino, eram - e em muitos lugares ainda são - os compromissos, com Deus ou com o grupo de vizinhos que nutrem as relações de reciprocidade e solidariedade nas trocas. A sobrevivência de cada

membro das comunidades rurais da região sisaleira depende não da busca individual por resultados, mas, sobretudo, das tradições e valores de comunidades que garantem coletivamente os meios de sobrevivência de todos os seus membros. O sertanejo típico tem um senso de dever com a comunidade e uma vida regrada pelo temor a Deus, um modo de ver e agir tradicional sobre os mercados circunscritos às comunidades. É dessa forma que a realização de trocas financeiras que atendem aos interesses individuais se consolida a partir do fortalecimento de relações de cooperação e solidariedade, expressando assim o sentido social do próprio dinheiro (Zelizer, 1997).

As instituições comunitárias tradicionais são formas de organização da poupança comunitária. Mas para que funcionem com baixos custos de transação, estas instituições orientam-se por diferentes regras, conforme as suas finalidades específicas. Os **mutirões** são atividades obrigatórias para todos os membros das comunidades, pautadas por regras de reciprocidade e baseadas no compromisso com a comunidade. Já as **caixinhas** e **consórcios** são práticas orientadas pela participação voluntária, organizadas com base em racionalidade econômica e baseada numa relação de confiança e de compromisso com o grupo. Os **bingos**, **balaios** e **campanhas** são, por sua vez, instituições cuja participação é obrigatória para todos os membros da comunidade que tenham recursos disponíveis para ajudar aos necessitados, guiados pela solidariedade e baseados num compromisso religioso. A reciprocidade, muito mais que o ganho individual, era o princípio organizador destas formas de troca, mesmo naquelas instituições cujo objeto de troca é o dinheiro, como nas caixinhas.

Porém, fora das fronteiras comunitárias, a reciprocidade dá lugar à subordinação e a solidariedade dá lugar à exploração. As relações econômicas são determinadas pela subordinação personificada (Abramovay, 2005) aos monopólios tradicionais do mercado de sisal, comerciantes e agentes financeiros informais. O uso freqüente de mercados imperfeitos (Garcia-Parpet, 2003) que apresentam baixos custos de transação e por isso, de fácil acesso aos agricultores pobres são, porém, monopólios assegurados ao longo da história por uma vigência legítima (Weber, 2000), baseada em convenções tradicionais e em coação. A existência de instituições tradicionais, como os monopólios e as instituições comunitárias, pressupõe certas disposições psicológicas e culturais nos indivíduos que sustentam esse padrão mental compartilhado, herdado de antigos costumes e crenças.

A “mão de gato”, expressão pela qual é conhecido o comércio de sisal, exerce um grande poder de controle sobre a vida financeira dos agricultores: um controle personalizado e clientelista. A grande concentração de poder na mão dos comerciantes, as dificuldades de acesso a informações e a falta de possibilidades de escolha por parte dos produtores geraram um forte monopólio nos mercados agrícolas e, por associação, no mercado financeiro informal local, aquele que garante o financiamento da produção e da comercialização dos produtos agrícolas. É o mercado de “venda na palha”, um mecanismo tradicional de controle através do endividamento.

Outra importante instituição financeira tradicional da região sisaleira é o empréstimo de dinheiro a juros, agenciado pelos ciganos. Com tradições culturais e regras de comportamento próprias, vivem em grupos rigidamente fechados, coesos e governados por uma densa malha de regras morais. Medo, desconfiança e preconceito por parte dos não ciganos reforçam sua capacidade de controlar operações financeiras com segurança. As relações são personalizadas e as negociações são realizadas entre famílias, o que permite a eles controlar de perto o risco dos empréstimos e o limite que pode ser emprestado a cada pessoa. A pressão constante e, em alguns casos extremos a violência, garante-lhes o cumprimento dos pagamentos dos empréstimos.

O fiado - prática comum em todo o comércio das pequenas cidades da região - é um recurso financeiro necessário para todos os agricultores, especialmente nos períodos de seca. Da mesma forma que nas demais instituições, o conhecimento inter-pessoal possibilita a avaliação do risco de crédito e a pressão social necessária para o cumprimento dos pagamentos. Por outro lado, o endividamento constante, torna cada grupo de consumidor dependente de um comerciante, o que lhes garante a formação de pequenos monopólios.

Com o objetivo primordial de tentar, a todo custo, estabilizar a renda, os agricultores usam esses mercados de altos custos financeiros, perpetuando uma condição de endividamento e dependência. Vínculos personalizados, compromissos familiares, comunitários e senso de dever impõem o cumprimento efetivo das regras constituintes desses mercados. Por outro lado, a gestão das unidades produtivas e domiciliares, por meio de estratégias complexas de consumo, poupança e crédito, é feita num ambiente de profunda incerteza provocada pela condição climática característica do semi-árido. A limitada vigência social do cálculo econômico reduz a liquidez dos ativos,

especialmente das poupanças monetárias, alterando os sentidos racionais com os quais os sertanejos administram os seus recursos e fazendo com que a racionalidade do comportamento sertanejo não seja orientada exclusivamente por critérios econômicos. Os compromissos tradicionais, a reciprocidade nas comunidades e a dependência clientelista no mercado governam a vida social e econômica desse território.

Esse ambiente compunha um *ethos* social que não estimulava a inovação, não facilitava a busca de novas organizações econômicas e reproduziu uma longa condição precária de acesso a mercados, a financiamentos, à produção e à própria sobrevivência. O principal resultado desse ambiente natural, social e econômico era o endividamento permanente dos agricultores e a manutenção da sua condição de pobreza e de subordinação política e social.

A conquista da autonomia de uma parcela expressiva de agricultores familiares, da sua capacidade de buscar novos mercados, de criar organizações que reduzam seus custos e a melhor organização da sua vida financeira só está sendo possível, recentemente, graças à formação de diversas organizações, dentre elas as que representam o apogeu do processo de racionalização, as cooperativas de crédito. Tais organizações – como é próprio da racionalidade econômica - são frutos de um longo processo de desencantamento. O interessante é que este processo foi construído passo a passo, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos sindicatos de trabalhadores e pela Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB).

As mudanças culturais

Três processos sociais contribuíram para a transformação do universo cultural dos sertanejos e das suas formas de interação com os mercados. A Igreja promoveu um processo de mudança institucional que transformou o padrão tradicional de relações sociais no mercado num padrão ético racional. Posteriormente, a organização das associações comunitárias e dos sindicatos possibilitou a continuidade de relações tradicionais e o acesso a novos mercados orientados por uma nova cultura política. Por último, o trabalho educativo da APAEB ampliou a capacidade de cálculo e de planejamento tanto da vida produtiva quanto da vida doméstica dos sertanejos.

O sertanejo típico traz de sua tradição características culturais que apresentam fortes relações com seu comportamento econômico. Uma delas é a sua visão mágica sobre a natureza. A falta de contato com métodos científicos de previsão meteorológica fez com que se perpetuasse uma série de explicações mágicas, na tentativa de racionalizar e orientar o comportamento, inclusive o planejamento da produção e a organização financeira do domicílio, frente aos fenômenos físicos. Os dias de santo, com suas respectivas festas, rezas e rituais têm a mesma importância que os preços para as decisões econômicas dos sertanejos tradicionais. Outra característica cultural determinante para o comportamento econômico está no círculo das relações sociais do sertanejo tradicional, e sobretudo na resignação, na subordinação, na fidelidade ao compadrio, na expectativa paternalista com relação ao Estado, e nos vínculos éticos, religiosos e afetivos que ligam os indivíduos a um mundo de obrigações sob estrito controle comunitário. Tais visões tradicionais sobre a natureza e a sociedade apresentam forte influência sobre o comportamento dos indivíduos frente as suas decisões econômicas e frente às regras que são estabelecidas nos mercados.

Por que a religião tem essa estreita relação com a economia? Segundo Flavio Pierucci (2003:179)

“não é possível explicar nem mesmo a economia e seus diversificados desenvolvimentos sem levar a sério os aspectos essenciais da história cultural, sobretudo da vida religiosa”.

A chegada à região sisaleira de um grupo de padres e freiras italianas na década de 70 é, paradoxalmente, o início de uma importante ruptura com o tradicionalismo. Os “círculos bíblicos”, as celebrações coletivas e as festas religiosas foram as primeiras e mais elementares experiências de construção de uma nova forma de coesão social. As práticas religiosas organizadas por leigos e lideranças comunitárias, tinham, além do caráter catequizador, a missão de promover discussões sobre a realidade local, os problemas dos agricultores, sobre a importância das organizações e do levantamento e articulação das suas reivindicações (Oliveira, 2002).

A Teologia da Libertação era o fundamento político-religioso da ação das Comunidades Eclesiais de Base. A estratégia pedagógica de conscientização social com o uso da fé consistia no uso de um método educativo, usualmente identificado pela trilogia “ver –

julgar – agir”; cujo significado compreendia uma pesquisa junto à população local sobre os seus problemas mais graves e a apresentação de seus resultados em discussões de pequenos grupos. Neste contexto, religiosos e leigos especialmente orientados para estas funções, aprofundavam a compreensão do problema sob o ângulo da fé, relacionando as questões éticas e práticas ao evangelho e a explicações políticas e sociológicas. Daí resultava a elaboração, junto com as comunidades, de um plano de ação e luta (Novaes, 1987).

Como testemunhou uma liderança local:

“nessa época era cego, assim não entedia de nada, de sindicato nem de associação e através deste trabalho com os padres italianos que teve aqui que a gente (...) começou a se organizar e fazer reunião nas comunidade, formamos uma diretoria e tomemos o sindicato da mão dos político. E aí pronto o povo se organizando cada vez mais, formamos a associação aqui na comunidade em 85. Foi a primeira associação. A gente lutava por melhoria de vida na comunidade. Pra reivindicar os direitos da gente na prefeitura, o prefeito em nome das pessoas da comunidade só fica mais difícil da gente conseguir então em nome da associação o povo tem mais força de conseguir. Nós pedimos aguada, várias coisas a gente conseguiu na época” (Erenita Leonice de Oliveira, Valente, 2004).

Isso mostra que a Teologia da Libertação não estava preocupada apenas com a salvação das almas, mas principalmente com a vida das pessoas. O interesse religioso está muito mais voltado - e segundo Weber esta foi uma tendência nas religiões cristãs ocidentais - para o “mundo de baixo”, para as soluções de problemas da vida concreta e menos para os problemas de ordem transcendental. Dessa forma, o trabalho religioso tornou transparente uma realidade social até então muito obscura, fazendo com que a visão de mundo tradicional fosse, aos poucos, sendo substituída por uma visão crítica e racional da realidade. Mudando a visão social segundo a qual “o mundo é assim porque sempre foi assim” para outra que vê um “mundo que pode e deve mudar”. Mas o método das Comunidades Eclesiais de Base foi ainda além da mudança de visão dessa população: promoveu a confluência do aspecto filosófico maior embutido na tentativa de imprimir sentido aos textos religiosos com as necessidades práticas das lutas dos trabalhadores. Dessa nova visão de mundo surgem novas organizações.

O indivíduo formado nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base e nas lutas sindicais crê profundamente que sua sobrevivência depende dos laços familiares,

comunitários e associativos que conseguir formar e conservar. A diferença resultante desse processo formativo do trabalho religioso, foi estimular laços sociais, que antes se davam em torno de antigas relações comunitárias, a partir da adesão consciente a um corpo de idéias, a uma cultura política (Abramovay, 1981:135).

Em parceria com a paróquia da região, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) passou a desenvolver um trabalho educativo e de apoio às organizações comunitárias e às oposições sindicais. Essas organizações se basearam não só nas tradicionais relações comunitárias, mas fruto do trabalho político-religioso, também numa união de interesses racionalmente motivados. Uma combinação de tradição e modernidade passa a caracterizar a vida comunitária deste território. A modernização da vida rural não provocou – ao contrário do que ocorreu em outros processos de incorporação de comunidades à esfera da economia moderna - a desestruturação das relações tradicionais, nem o enfraquecimento das relações de cooperação. Soma-se ao objetivo das antigas tradições comunitárias - que era integrar os seus membros num tipo de economia semi-fechada - o papel das associações comunitárias de constituir elos de conexão entre as comunidades e as redes externas. A partir de relações comunitárias de cooperação, que garantiam condições mínimas de sobrevivência, foram forjadas relações associativas que permitiram novas conexões com os mercados. Às regras informais das relações comunitárias foi incorporado um conjunto de formas modernas de organização, como a constituição jurídica de associações, a definição de estatutos e regimentos para o funcionamento dos grupos, o planejamento racional das ações, o uso da contabilidade na gestão dos recursos coletivos e a assinatura de contratos entre os indivíduos e as organizações. A mudança na vida religiosa abre assim o caminho para a formação de uma nova relação com o mundo secular.

Uma das organizações mais importantes oriundas desse processo de mudança cultural foi a Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB). Ela teve papel determinante na formação da racionalidade econômica dos agricultores. O trabalho de capacitação e assistência técnica, e as primeiras organizações financeiras desenvolvidas pela APAEB levaram a uma importante transformação na visão dos agricultores sobre o clima e sobre os recursos naturais do sertão, como também provocaram importantes mudanças no comportamento econômico dos sertanejos.

A principal contribuição da Apaeb foi a introdução de uma prática de planejamento e de inovações tecnológicas entre os agricultores, o que vem ampliando as suas habilidades na gestão dos recursos naturais e financeiros. Em 1995 foi lançado o “Programa de Convivência com a Seca”, cujas diretrizes básicas eram o reordenamento da unidade produtiva familiar; o aproveitamento racional das áreas agrícolas, a preservação do meio ambiente, o gerenciamento das atividades tendo como parâmetro o mercado, a captação e armazenamento de água, inovações tecnológicas para o armazenamento de alimentos (silos, feno, bancos de proteínas e rebaixamento da caatinga, o aproveitamento da energia solar, o crédito e a assistência técnica (Oliveira, 2002).

Em 2000, o “Projeto Prosperar” aperfeiçoou a metodologia, incorporando métodos ainda mais racionais de diagnóstico, avaliação e planejamento das unidades de produção. Em 2 anos, 1.530 famílias foram atendidas pela assistência técnica que se inicia com a realização de um diagnóstico das condições sociais, da ocupação da mão-de-obra familiar, da renda, do consumo familiar, do acesso ao crédito, das condições de habitação, de saneamento, de bens domésticos e da divisão social de gênero. Com este diagnóstico em mãos, técnicos e agricultores, em oficinas e visitas de campo, fazem o planejamento produtivo e de melhoria das condições de vida. A partir deste plano é que são definidas as atividades a serem financiadas e implementadas por cada família. Em parceria com a APAEB, é realizado um trabalho de assistência técnica e difusão de tecnologias através de “agentes de convivência com o semi-árido”, agricultores indicados por sindicatos de trabalhadores rurais, Igreja ou outras instituições locais, que são capacitados e acompanhados por técnicos da organização.

Estes três processos – na verdade, três instituições - que se desenrolaram ao longo de quase 30 anos, - o senso de dever, os compromissos políticos e as ferramentas de cálculo - passaram a guiar os comportamentos dos indivíduos e constituir novos condicionantes da racionalidade econômica. Mas o auge do processo de racionalização das organizações econômicas dos sertanejos se deu com a constituição das cooperativas de crédito e a formação de um mercado financeiro com características específicas para o território do sisal.

As estruturas sociais do novo mercado financeiro

Quatro experiências de organização financeira foram fundamentais para aprendizagem organizacional que resultou nas cooperativas de crédito. A Poupança APAEB, o Fundo de Investimentos, o Fundo Rotativo e o Fundo Solidário, duraram pouco tempo, tiveram abrangência pequena e apresentaram resultados limitados e em alguns casos questionáveis, mas introduziram na vida financeira dos sertanejos da região sisaleira serviços financeiros mais acessíveis, mais baratos e mais adequados às demandas locais, bem como introduziram também mecanismos formais de controle. A avaliação dos erros e acertos na gestão desses serviços financeiros levou à criação das cooperativas de crédito. Resumidamente, os próprios protagonistas destas organizações perceberam que seu formato institucional conduzia à inadimplência, à quebra dos compromissos, fazendo com que o desrespeito às regras elementares dos contratos de empréstimos ameaçasse a própria coesão visada pelo trabalho comunitário. A criação de organizações formais com regras estritas então torna-se um meio prático de fazer da racionalidade econômica um meio de fortalecimento da própria luta por solidariedade social.

Mais do que a criação de uma organização, foi formado um novo mercado estruturado através de uma complexa rede de organizações, fluxos de informações e intensa movimentação financeira através de variados serviços de crédito e de poupança. Até 2004 eram 9 cooperativas de crédito, integrantes de uma associação chamada ASCOOB (atualmente uma federação de nome FENASCCOB) com 14 mil associados e um desempenho econômico, na média, comparável aos bancos e um resultado social bastante superior. Em dois municípios, o volume das operações de empréstimos das cooperativas supera as operações dos bancos locais.

Como lideranças sociais base social de baixa renda conseguiram formar uma organização financeira desse tipo? A resposta pode ser encontrada na organização social que garante as condições para a sustentabilidade desse mercado.

Segundo Neil Fligstein (2001) os mercados dependem de direitos de propriedade, estruturas de governança, regras de troca e concepções de controle para garantir suas estratégias de concorrência e para estabilizar as relações com seus clientes e fornecedores. A gestão das cooperativas de crédito depende sobretudo da manutenção de relações estáveis com seus cooperados e de informações confiáveis para, de um lado,

avaliar os riscos de crédito e, de outro, transmitir aos cooperados a credibilidade na organização que lhes dê confiança para depositar suas poupanças.

A viabilidade da poupança entre as populações de baixa renda tem sido alvo de diversas pesquisas recentes. Identificar entre os recursos de posse dos próprios pobres as condições de superação da pobreza é uma das maiores mudanças nos paradigmas das políticas de desenvolvimento (Abramovay, 2004). A existência de recursos monetários nas mãos dos agricultores da região sisaleira é claramente percebida na observação do grande fluxo financeiro do mercado informal ou no surpreendente volume de depósitos nas cooperativas. Em muitas delas, os depósitos se aproximam ou até superam os depósitos bancários. A redução da assimetria de informação e dos custos de transação, através da formação de relações de proximidade é resultado da formação de uma densa rede de organizações e de relações sociais (Magalhães, 2003).

A organização social cumpriria ainda uma outra função além de garantir as transações financeiras entre as cooperativas e os agricultores. A existência de determinado projeto político, que nesse caso se refere explicitamente a dois grandes objetivos -a convivência com o semi-árido e a redução da pobreza - anuncia a existência, para usar a expressão de Karl Polanyi de racionalidade substantiva na gestão desse mercado. Um mecanismo de controle social autônomo e que não fizesse parte diretamente do sistema econômico seria fundamental para que esses princípios éticos se fizessem presentes na organização e no funcionamento do novo mercado. A existência de constantes conflitos de interesses entre diferentes grupos sociais - associados versus diretorias, diretorias versus gerentes, agricultores mais pobres versus comerciantes - mostra que os resultados auto-regulados que o funcionamento do mercado poderia alcançar não corresponderiam aos interesses particulares de cada grupo social. A auto-regulação exclusivamente pelo mecanismo de preços - neste caso as taxas de juros - não seria suficiente para promover a melhor alocação do crédito e da poupança entre os cooperados. Somente a existência de um espaço político de mediação de conflitos de interesses poderia ser capaz de integrar numa mesma organização diferentes interesses econômicos.

Tal mecanismo político teria ainda que conviver com mecanismos de gestão centrados na observação da eficiência econômica, da legalidade e do controle rigoroso da inadimplência. As cooperativas de crédito estão integradas num sistema (neste caso o Sistema SICOOB) que possui regras para estimular a segurança e a rentabilidade

financeira das cooperativas. As cooperativas são subordinadas também à regulamentação e fiscalização do Banco Central. As cooperativas mantêm estruturas administrativas com o uso de contabilidade padronizada e transparente, auditorias regulares, sistemas de controladoria, métodos formais de controle de risco, contratos formais para controle de transações, prudência nas aplicações financeiras, parecer de conselhos fiscais e prestação de contas em assembléia. A adesão a essa racionalidade econômica não levou ao abandono dos valores em torno dos quais a comunidade construiu historicamente a sua coesão. Os processos sociais descritos nesse trabalho mostram que a eficiência econômica e social das cooperativas de crédito da região sisaleira se explica, justamente, pela associação existente entre a racionalidade econômica e a cultura política das organizações sociais da região. Veremos, a seguir, com mais detalhes como funcionam as principais estruturas sociais responsáveis pela relação de proximidade necessária para que de forma simultânea, a sustentabilidade do mercado financeiro local pudesse garantir também o acesso dos mais pobres a esse mercado.

Diferentes mercados se integram numa mesma rede de relações econômicas e sociais (Granovetter, 2001). A produção de sisal, a fábrica de tapetes, a produção de caprinos, as fábricas de laticínios e couros, e artesãos se integram numa rede com dois pontos principais de articulação: o trabalho político e educativo conduzido por MOC, APAEB e sindicatos dos trabalhadores rurais, por um lado e os serviços financeiros coordenados pelas cooperativas de crédito, por outro. Uma rede inter-setorial, mas com forte identidade territorial é um campo fértil para o enraizamento das cooperativas de crédito nos sistemas de produção local. O conhecimento das condições comerciais, climáticas, tecnológicas e gerenciais dos empreendimentos e dos agricultores familiares permite às cooperativas oferecer serviços financeiros mais adequados às suas demandas específicas. A proximidade abre caminho a uma troca informal de informações importante para a redução da assimetria de informações e dos riscos de crédito.

Essa rede de relações sociais, mediadas pelas transações financeiras, permite uma troca constante de informações que contribui para reduzir incertezas e fortalecer laços de confiança. Além das próprias cooperativas de crédito, sindicatos, associações, comerciantes, representantes de comunidades, organizações de mulheres, etc. interagem com grande proximidade e frequência, trocando informações sobre os riscos morais e as

condições financeiras de cada ator. Forma-se assim um mecanismo social de redução dos riscos (Ferrary, 1999), que contribui para reduzir as assimetrias de informação e os custos de transação. Seus resultados são taxas de juros mais baixas e acesso mais amplo da população aos serviços financeiros.

Conclusões

Um longo processo de mudanças culturais criou as condições para a emergência de novas estruturas sociais e as bases institucionais para a formação de um mercado de microfinanças na região sisaleira. As crenças religiosas, as tradições e o modo específico do sertanejo se relacionar com a natureza adquiriram novo significado pela ação política e religiosa. Houve um processo de diferenciação dos diversos significados da ação (Cohn, 2003), que no mundo encantado, perfaziam um amálgama de valores, confundindo os meios e os fins que orientavam as ações. Com o processo de racionalização, os fins econômicos tornaram-se mais nítidos, separados, regulamentados e formalizados, possibilitando o cálculo e a avaliação dos resultados da produção sem, contudo, desestruturar os valores e as tradições de solidariedade e cooperação.

A ação das comunidades eclesiais de base promoveu mudança cultural com forte impacto na organização econômica da população da região sisaleira.

Com a racionalização, os agricultores familiares desse território passaram a experimentar o aumento do uso de regras formais para a regulamentação das transações financeiras. A racionalidade econômica dos produtores adquiriu um padrão novo, pois, com o acesso ao crédito, a produção dos agricultores familiares passou a ser mais diretamente influenciada pelos preços. A monetarização da vida financeira dos sertanejos levou a maior racionalidade na gestão dos recursos, ao promover o aumento do uso do dinheiro, principalmente para a poupança. Junto com isso, o pagamento dos empréstimos passou a ser um parâmetro para a gestão da produção. Junto com os sinais de mercado, os agricultores passaram, por meio de um trabalho de capacitação e assistência técnica no planejamento das unidades de produção, a desenvolver uma nova capacidade de gestão dos recursos. Dessa forma, as decisões das famílias com relação à gestão financeira - quanto e como poupar, quando vender ou quanto e onde tomar empréstimos - passaram a ser mais orientadas pelos parâmetros do mercado.

A criação das cooperativas de crédito provocou um rompimento do mercado financeiro local com o ambiente institucional tradicional, com os vínculos personalizados e clientelistas. Porém, isso não significou uma autonomização da vida econômica com relação aos laços sociais e seus substratos culturais. Novos vínculos, de novos tipos se sobrepuseram aos antigos. Não se formou um mercado auto-regulável, mas sim um mercado orientado por determinados princípios éticos, como a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

A compreensão sociológica sobre a formação do mercado de microfinanças da região do sisal tem importância crucial para o debate sobre a vida econômica de populações de baixa renda, com implicações tanto para a formulação de políticas quanto para o próprio debate teórico sobre os mercados. O estudo mostra que as políticas de promoção do desenvolvimento de regiões e de populações pobres devem levar em conta os recursos que as próprias populações dispõem, os meios com os quais as mesmas populações possam fazer um uso mais eficiente desses recursos e as condições institucionais que os grupos sociais precisam desenvolver para ter acesso aos mercados. Ou seja, o acesso aos mercados não pode ser pensado apenas como o resultado de políticas públicas e da formação de novas organizações, mas, sobretudo como o resultado de processos de desenvolvimento cultural e institucional.

Quanto ao debate teórico, o estudo mostra, em primeiro lugar, os limites dos pressupostos individualistas da economia neoclássica e a importância da análises históricas e empírica para se compreender o comportamento real dos mercados. As instituições são condicionantes básicos do comportamento individual e do funcionamento do mercado. A racionalidade econômica é fruto da conjunção de ambientes institucionais e características individuais e interesses são definidos socialmente, pelas instituições. A compreensão da especificidade e do sentido de cada configuração de interesses e relações sociais depende do estudo sociológico, antropológico e histórico concreto dos padrões culturais, de suas transformações e da forma como determinam o cálculo nos comportamentos econômicos. Os mercados estão subordinados a estruturas sociais que, por esse motivo, adquirem características específicas em cada território, resultado das características institucionais, naturais e culturais.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. (1981), “Marxistas e cristãos: aqui e agora”. *Encontros com a civilização brasileira*. Número 28, Vol. III, no. 10. Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro.

_____. (2004), *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo, Fapesp - Annablume.

_____. (2005), “Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. Volume 16, nº 2.

CALLON, Michel. (1998), “The embeddedness of economic markets in economics”, in: M. Callon, *Market and laws*, Oxford, The Sociological Review, Blackwell Publishers.

COHN, Gabriel. (2003), *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo, Martins Fontes.

DUMONT, Louis. (2000), *Homo aequalis - gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, EDUSC.

FERRARY, Michel. (1999), “Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit”. *Revue française de sociologie*, Juillet-septembre, XL-3.

FLIGSTEIN, Neil. (2001), *The architecture of markets – an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. New Jersey, Princeton University Press.

FORRESTER, Vivianne. (1996), *L’horreur économique*. Paris, Fayard.

GARCIA-PARPET, Marie France. (2003), “A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-sologne”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. CPDA, número 20.

GRANOVETTER, Mark. (2001), *A theoretical agenda for economic sociology*. New York, Stanford University - Department of Sociology.

HIRSCHMAN, Albert O. (1984/1986), *A economia como ciência moral e política – Editora Brasiliense*. São Paulo

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. (2003), “A importância das instituições e das redes sociais no desempenho dos mercados financeiros” trabalho apresentado no XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – Sober, Juiz de Fora.

MARECHAL, Jean-Paul. (2000), *Humaniser l’économie*. Desclée de Brouwer, Paris.

NEE, Victor. (2003), “A new institutional approach to economic sociology”. CSES Working Paper Series, Paper 4, Center of the Study of Economy and Society, Cornell University.

NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press, Cambridge: 1990.

NOVAES, Regina Reyes. (1987), *De corpo e alma – catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, datilo.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. (2002), *Economia solidária, desafio do século XXI: a experiência da APAEB – Valente*. Feira de Santana, UEFS, datilo.

PRET, Bernard e ROUSTANG, Guy. (1993), *L'économie contre la société – Affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle*. Clection Esprit, Senil.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (2003), *O desencantamento do mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo, Editora 34.

SEN, Amartya. (1982), “*Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory*”, in A. Sen, Choice, Welfare and Measurement, Surveys, Ch 4.

WEBER, Max. (2000), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

_____. (2004), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das letras.

ZELIZER, Viviana. (1997), *The social meaning of money*. Princeton, Princeton University Press.